

ANEXO A SIGLAS E ABREVIATURAS

AAO	Auxiliar Administrativo Operacional
ACOM	Assessoria de Comunicação
AFC	Auditor Fiscal de Controle Externo
AUC	Auxiliar de Atividades Administrativas e de Controle Externo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COG	Consultoria Geral
DAF	Diretoria de Administração e Finanças
DAI	Atividade de Direção Assessoria Intermediário
DAS	Atividade de Direção Assessoria Superior
DCE	Diretoria de Controle da Administração Estadual
DAE	Diretoria de Atividades Especiais
DLC	Diretoria de Controle de Licitações e Contratações
DER/SC	Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina
DERH	Departamento de Recursos Humanos
DIAD	Divisão de Atualização de Débitos
DIN	Diretoria de Informática
DIOSE	Divisão de Organização das Sessões
DIPRO	Divisão de Protocolo
DIVAP	Divisão de Apoio
DMU	Diretoria de Controle dos Municípios
DPE	Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GAP	Gabinete da Presidência
GED	Gerenciamento Eletrônico de Documentos
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IRB	Instituto Rui Barbosa
LC	Lei Complementar
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MOO	Motorista Oficial
ONB	Ocupação Nível Básico
ONM	Ocupação Nível Médio
ONS	Ocupação Nível Superior
PROMOEX	Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios
REP	Representação
RLD	Receita Líquida Disponível
SEF	Secretaria de Estado da Fazenda
SEG	Secretaria Geral
SEG/ ADV	Secretaria Geral - Sala dos Advogados
SINAOP	Simpósio Nacional de Auditorias e Obras Públicas
TAC	Técnico de Atividades Administrativas e de Controle Externo
TCE/ SC	Tribunal de Contas do Estado do Estado de Santa Catarina
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação

ANEXO B

GLOSSÁRIO

ADMINISTRAÇÃO. Órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente; (XII, Art. 6º da Lei No 8.666, de 21 de junho de 1993, Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.)

CARGO EFETIVO. Quando integrar classe de categoria funcional, exigindo-se para o respectivo provimento, em classe inicial, ou única, habilitação em prova competitiva de caráter eliminatório. (José Daniel de Alencar. Dicionário de Auditoria, Brasileira, 1984)

CONCORRÊNCIA. 1 — Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto. (§ 1º do Art. 22 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993); 2 — Modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase de habilitação, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital da licitação para a execução de seu objeto. (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/>)

DECISÃO DEFINITIVA. É a decisão pela qual o Tribunal manifestando-se quanto à legalidade, eficiência, legitimidade ou economicidade de atos e contratos, decide pela regularidade ou pela irregularidade, sustentando, se for o caso, a sua execução ou comunicando o fato ao poder competente para que adote o ato de sustação, e também, manifestando-se quanto à legalidade de atos sujeitos a registro, decide

por registrar ou denegar o registro do ato. (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Lei Nº 202, de 15 de dezembro de 2002, art 36, § 2º, letras a e b).

DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA. Constituem os pagamentos que não dependem de autorização legislativa; aqueles que não estão vinculados ao orçamento público; não integram o orçamento. Correspondem à restituição ou à entrega de valores arrecadados sob o título de receita extra-orçamentária. (João Angélico, Contabilidade Pública, Atlas, 1994.

DECISÃO PRELIMINAR. É a decisão pela qual o Tribunal, antes de pronunciar-se quanto ao mérito em processos de fiscalização de atos e contratos e de apreciação de atos sujeitos a registro, resolve sobrestar o feito, ordenar a audiência dos responsáveis ou determinar outras diligências necessárias ao saneamento do processo, e, após exame do mérito, constatada ilegalidade na apreciação de atos sujeitos à registro ou de atos e contratos, fixa prazo para que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Lei Nº 202, de 15 de dezembro de 2002, art 36, § 1º, letras a e b).

DECISÃO TERMINATIVA. É a decisão pela qual o Tribunal ordena o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidas, isto é, quando decorrentes de caso fortuito ou força maior, comprovadamente alheios à vontade do responsável, tornar materialmente impossível o julgamento do

mérito das mesmas. (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Lei Nº 202, de 15 de dezembro de 2002, arts. 12, § 3º e 22).

EXECUÇÃO FINANCEIRA. 1 — Utilização dos recursos financeiros visando atender a realização dos subprojetos e/ou subatividades, atribuídos às unidades orçamentárias.

(www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/); 2 — Efetiva utilização de recursos financeiros na efetivação de pagamentos derivados de: a) compromissos específicos assumidos (por meio de empenho da despesa) na realização dos objetivos de subprojetos ou subatividades; b) compromissos contratuais do governo (por exemplo, amortização e encargos de empréstimos); c) vinculações legais (transferências pelo partilhamento de impostos e contribuições); d) obrigações legais (pagamento de servidores ativos, inativos e pensionistas); e) cumprimento de determinações judiciais. Distingue-se da execução orçamentária, que envolve apenas o comprometimento de recursos gráficos. (<http://www.sef.mg.gov.br/analiseef/analiseexec/financcpub.htm>)

FUNDAÇÕES. São entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, criação autorizada por lei, escritura pública e estatuto registrado e inscrito no registro civil de pessoas jurídicas, com objetivos de interesse coletivo, geralmente de educação, ensino, pesquisa, assistência social, etc., com a personificação de bens públicos, sob o amparo e controle permanente do Estado. (Hélio Kohama, Contabilidade Pública, Atlas, 1991).

INSPEÇÃO. (Ver também auditoria) É o procedimento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias quanto à legalidade e à legitimidade de fatos da administração e de atos administrativos praticados por qualquer responsável sujeito à sua jurisdição. (Art. 30

da Instrução Normativa nº 9, de 16 de fevereiro de 1995, do TCU)

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO. é uma atividade técnica administrativa que, através da análise do ambiente de uma organização, cria a consciência das suas oportunidades e ameaças dos seus pontos fortes e fracos para o cumprimento da sua missão e, através desta consciência, estabelece o propósito de direção que a organização deverá seguir para aproveitar as oportunidades e evitar os riscos”.

(FISCHMANN, Adalberto Américo; ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. Planejamento estratégico na prática. São Paulo: Atlas, 1991, p. 35).

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA. A previsão orçamentária é, além de ato de planejamento das atividades financeiras do Estado, ato de caráter jurídico, “criador de direitos e de obrigações”. (www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/).

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA. Previsão da receita e despesa para um exercício, com os respectivos quadros e justificativas. No caso da União, materializa o Projeto de Lei Orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. (www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/).

RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA. 1 - Valores provenientes de toda e qualquer arrecadação que não figure no orçamento e, conseqüentemente, toda arrecadação que não constitui renda do Estado. O seu caráter é de extemporaneidade ou de transitoriedade nos orçamentos. (www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/); 2 - É aquela que não integra o orçamento público. É classificada em contas financeiras adequadas, existentes no plano de contas da entidade. (João Angélico, Contabilidade Pública, Atlas, 1994).

RESOLUÇÃO. São atos administrativos normativos expedidos pelas altas autoridades do Executivo (mas não pelo Chefe do Executivo, que só deve expedir decretos), ou pelos presidentes de tribunais e órgãos legislativos, para disciplinar matéria de sua competência específica. Por exceção admitem-se resoluções individuais. (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 17º ed., 1990).

RESTOS A PAGAR. 1 — Despesas empenhadas, mas não pagas, até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. (www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/); 2 — Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não-processadas. Portanto, uma vez empenhada a despesa e não sendo paga até o dia 31 de dezembro, será considerada como restos a pagar, para efeito do encerramento do exercício financeiro. Em outras palavras, uma vez empenhada a despesa, ela pertence ao exercício financeiro, onerando as dotações orçamentárias daquele exercício. (KORAMA, Heilio Contabilidade Pública, Atlas, 1991); 3 — Despesa escriturada como dívida flutuante e que passa de um para outro exercício, nas entidades públicas; título de conta que, de acordo com a padronização estabelecida pela Lei 4.320/64, para a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, representa, no Ativo, a contrapartida de despesa a pagar, figurando como receita extraordinária; título de conta, que figura na despesa extraordinária, relativo a pagamentos no exercício; conta típica do passivo financeiro, por natureza. As despesas não pagas até o fim do exercício são levadas à conta de restos a pagar, e analisadas pelos credores. (A. Lopes de Sá, Ana M. Lopes de Sá. Dicionário de Contabilidade, Atlas, 1994)

SUPERÁVIT FINANCEIRO. Diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais e as operações de

créditos a eles vinculados. (www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario).

TERMO ADITIVO. 1 - Consiste no instrumento que venha modificar o convênio, ajuste ou o contrato, alterando-o em algum aspecto, acrescentando ou excluindo uma ou algumas de suas cláusulas. (José Daniel de Alencar. Dicionário de Auditoria, Brasileira, 1984.); 2 - Instrumento elaborado com a finalidade de alterar itens de contratos, convênios ou acordos firmados pela administração pública.

SUPLEMENTAÇÃO. Aumento de recursos por crédito adicional, para reforçar as dotações que já constam na lei orçamentária. (www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/)

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. A ação desempenhada pelo órgão competente ou pelo Tribunal: a) para a apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, quando não forem prestadas as contas ou quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiros, bens ou valores públicos; b) quando, em processo de fiscalização a cargo do Tribunal, ficar caracterizada a prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte prejuízo ao erário; c) nos casos de falecimento do responsável ou de vacância do cargo, por qualquer causa, desde que não tenham sido apresentadas as contas ao Tribunal no prazo legal. (Inciso II do Art. 9º Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Resolução no TC-06/ 2001, de 03 de dezembro de 2001).

ANEXO C

DIÁRIAS REFERENTE AO PRIMEIRO TRIMESTRE 2014

RESUMO GERAL	Total de Diárias		143,00
	Qte Funcionários		40
	Total de Viagens		20
	Valor total de diárias		49.525,77
SERVIDOR	CARGO/FUNÇÃO	QT. DIÁRIAS	TOTAL
ALCIONEI VARGAS DE AGUIAR	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	2,0	834,00
ALDO HARTKE	ENGENHEIRO	3,0	1.251,00
ANTÔNIO CÉSAR MALICESKI	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	5,0	1.428,00
ADRIANE MARA LINSMEYER	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	5,0	1.428,00
ALYSSON MATTJE	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	5,0	1.428,00
CARLOS EDUARDO DA SILVA	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	5,0	1.428,00
CLÁUDIO FELÍCIO ELIAS	AUX. ADM. OPERACIONAL	5,0	1.140,00
ISABELA RIBAS CÉSAR PORTELLA	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	1,5	625,50
JAIRO WESSLER	MOTORISTA	7,0	1.596,00
JOEL DE CAMPOS	MOTORISTA	1,0	228,00
JOSÉ ARCINO SILVA	ASSESSOR DE CONSELHEIRO	4,5	3.020,04
KLIWER SCHMIDT	DIRETOR DMU	2,0	1.018,00
LÚCIA HELENA F. DE OLIVEIRA PRUJÁ	CHEFE ASSES. COM. SOCIAL	1,5	763,50
LEONIR SANTINI	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	6,0	1.713,60
LUCIANA MARIA DE SOUZA	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	10,0	2.856,00
LUIZ ALEXANDRE STEINBACH	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	7,0	1.999,20
LUIZ CÉSAR DUARTE FORTUNATO	MOTORISTA	3,0	684,00
LUIZ CLÁUDIO VIANA	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	1,0	267,00
LUIZ ROBERTO HERBST	CONSELHEIRO	2,0	1.588,00
MARCOS AURÉLIO DA SILVA	MOTORISTA	0,5	95,00
MARCOS ROBERTO GOMES	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	5,0	1.428,00
MAXIMILIANO MAZERA	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	0,5	160,20
MIRIAN TERESINHA DEMONTI ROSA	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	8,0	2.284,80
MOUGHÀ LARROYD BONNASSIS	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	0,5	142,80
NELSON COSTA JÚNIOR	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	5,0	1.428,00
PAULO GUSTAVO CAPRE	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	5,0	1.428,00
PAULO ROBERTO TEIXEIRA	AUX. ADM. OPERACIONAL	2,0	456,00
RAPHAEL PERICO DUTRA	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	5,0	1.428,00
RICARDO DA COSTA MERTENS	AUX. ATIV. ADM. CONT. EXT.	4,0	912,00
RICARDO JOSÉ DA SILVA	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	1,5	625,50
ROSEMARI MACHADO	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	6,0	1.713,60
SABRINA MADALOZZO PIVATTO	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	5,0	1.428,00
SÉRGIO AUGUSTO DA SILVA	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	1,5	625,50
SALOMÃO ANTÔNIO RIBAS JÚNIOR	CONSELHEIRO PRESIDENTE	3,0	2.382,00
VALÉRIA PATRÍCIO	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	6,0	1.713,60
WALLACE DA SILVA PEREIRA	AUX. ATIV. ADM. CONT. EXT.	3,5	1.459,50
WILSON ROGÉRIO WAN DALL	CONSELHEIRO	4,5	4.519,43
TOTAL		143,0	49.525,77

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

Assessor para Assuntos Institucionais
Clarice Stahl

Auditoria Interna
João Luiz Gattringer

Diretoria Geral de Controle Externo
Carlos Tramontin

Consultoria Geral
Hamilton Hobus Hoemki

Diretoria de Controle de Licitações e Contratações
Flavia Leticia Fernandes Baesso Martins

Diretoria de Controle da Administração Estadual
Névelis Scheffer Simão

Diretoria de Controle dos Municípios
Kliwer Schmitt

Diretoria de Controle de Atos de Pessoal
Reinaldo Gomes Ferreira

Diretoria de Atividades Especiais
Roberto Silveira Fleischmann

Diretoria Geral de Planejamento e Administração
Edison Stieven

Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais
Raul Fernando Fernandes Teixeira

Diretoria de Administração e Finanças
José Roberto Queiroz

Diretoria de Informática
Paulo Roberto Riccioni Gonçalves

Secretaria Geral
Francisco Ferreira Filho

Assessoria de Comunicação Social
Lucia Helena Fernandes de Oliveira Prujá

Instituto de Contas
Josiane Aparecida Correa – Diretora Executiva